



O Teatro Carlos Gomes deverá ser preservado...

30/03/82 PDQ p. 15 - cod. C. 3/4, 5e/6

PDU começa a ser debatido por vereadores hoje

AJ23027

O Plano Diretor-Urbano (PDU) de Vitória começará a ser discutido hoje pelos vereadores do Município, segundo a previsão do presidente da Câmara, José Maria Ramos Gagno, em "regime de preferência". Além das emendas propostas recentemente pela Comissão de Justiça, o projeto contará agora com a sugestão de modificação do artigo 231 que define o tombamento e preservação de cerca de 20 imóveis.

Para José Maria Ramos Gagno, nem todos os prédios incluídos pelos autores do projeto devem ser tombados, pois perderam as características originais que justificariam a sua preservação. Como imóveis que precisam ser tombados, ele citou a Catedral Metropolitana, Teatro Carlos Gomes, Convento São Francisco e Igreja do Rosário e "outros poucos".

IMÓVEIS VELHOS

O Plano Diretor Urbano está sendo avaliado pela Prefeitura e Câmara de Vitória há vários anos, já tendo sido modificado por diversas vezes. Mais recentemente, a Comissão de Justiça da Câmara determinou uma série de emendas para o seu texto original, aprovadas pelos vereadores.

O vereador José Maria Ramos Gagno volta agora a rediscutir o projeto, criticando o artigo número 231 ao definir como imóveis antigos prédios que ele considera "velhos". Segundo o Plano Diretor Urbano (PDU) aproximadamente 20 imóveis deveriam ser tombados pela Prefeitura. A preservação seria feita isentando os proprietários do imóvel dos impostos.

Para executar qualquer reforma, o proprietário do imóvel deveria, porém, solicitar autorização da Prefeitura Municipal. E mesmo assim, as modificações teriam que ser feitas obedecendo as características originais do imóvel. "O proprietário, segundo o projeto, tem que arcar com a obrigação de conservar o imóvel", disse José Maria Ramos Gagno.

O PDU

Hoje, na sessão da Câmara de Vitória, José Maria Ramos Gagno proporá aos vereadores que se dê preferência à votação do PDU. "Esta é uma matéria de mérito pois é fato e não assunto jurídico, como no caso das emendas propostas recentemente. Esta sugestão será examinada pelo plenário, que poderá rejeitar de acordo com o entendimento da

maioria dos vereadores", frisou José Maria Ramos Gagno.

— Como emergência, o processo de discussão do projeto não realizará como de urgência, já que se respeitarão todos os trâmites legislativos. Cada vereador terá 15 minutos para discutir o PDU com as emendas propostas, o que deverá levar quatro horas. Já que cada sessão tem 45 minutos para votar a ordem do dia, a discussão do projeto poderá durar seis dias — previu o vereador.

"As emendas feitas não prevêm esta modificação, pois não é aspecto jurídico do projeto", explicou José Maria Ramos Gagno, que acredita no início da votação do PDU nesta semana e, mais provavelmente, a partir de hoje, quando ele apresentará a sugestão de rejeição do artigo 231.

MODIFICAÇÃO

Para José Maria Ramos Gagno, no artigo 231, os autores do PDU "confundiram imóveis velhos com prédios antigos". Para ele, podem ser considerados imóveis de valor histórico a Catedral Metropolitana, Escola Normal, Teatro Carlos Gomes, Convento São Francisco, Igreja do Rosário, Palácio Anchieta e "poucos outros".

Imóveis como bar Santos, Clínica Santa Angélica, Pensionato Oscarina, a residência da família Muniz Freire, Hotel Europa, segundo José Maria Ramos Gagno, não precisam ser tombados, já que "a maioria está descaracterizada também como o prédio da Dit, de propriedade de Itamar Guimarães, que foi modificado ultimamente, tendo sofrido muitas reformas no passado".

Na opinião do vereador, tais imóveis não devem ser preservados por representarem um obstáculo ao crescimento da cidade. "Vitória tem casas antigas, obras de propriedade de particulares e que se modificam com o tempo. Não vejo razão para conservá-las. O prédio da Dit, por exemplo, não pode ser tombado. Fica numa boa localização, e um dia pode ser necessária a construção de um prédio no local", acrescentou.

— O que acontece em Vitória é a má influência própria de cidades pequenas, em prejuízo da preservação do ambiente natural. Pessoas influentes neutralizam, às vezes, a pronta ação dos delegados dos Poderes Públicos. A Prefeitura, conforme a administração, se torna impotente pela negligência e irresponsabilidade de alguns administradores — frisou o presidente da Câmara.



... assim como o Palácio Anchieta, devido as características culturais

Arquivo AT



A Catedral perdeu 80% do estilo original

DESCARACTERIZAÇÃO

O que pretende José Maria Ramos Gagno é propor que se preservem apenas alguns dos imóveis com maiores características culturais e históricas, como o Teatro Carlos Gomes e o Palácio Anchieta, que, "presumivelmente, não se descaracterizariam tão facilmente como um hotel ou uma loja".

A Clínica Santa Angélica, segundo ele, tem 60 anos e já teve o seu interior "profundamente modificado, inclusive a fachada externa". O pensionato Oscarina, situado no Parque Moscoso, da mesma forma, na opinião do vereador, é obra construída em 1912, mas sem uma decoração que marque a época.

A residência da família Muniz Freire, atrás da Assembléia Legislativa, acrescentou ele, só contém algumas reminiscências e o imóvel, na avenida Jerônimo Monteiro, onde funciona a loja Dit, de propriedade de Itamar Guimarães, no passado Orlando Guimarães S/A, está modificado. O Teatro Carlos Gomes, obra realizada por André Carlone, na década de 20, durante o Governo de Chrisó-

gono Teixeira da Cruz, foi reformulado e "até seu lustre trocado, tendo somente quarenta por cento de sua origem".

A arquitetura da Catedral Metropolitana, segundo José Maria Ramos Gagno, é atualizada, pois há cerca de seis anos foram removidos os adornos em estilo gótico do seu interior e alguns vitrais substituídos "O piso, telhados e pintura foram mudados, perdendo-se oitenta por cento das características da obra original", acrescentou o vereador.

O bar Santos, de 40 anos, na opinião de José Maria Ramos Gagno, "não traduz a cultura popular". Para ele, "é antieconômico manter estes imóveis intactos, sendo que futuramente podem dar lugar a um prédio. E, além do mais, Vitória, tem muito pouca coisa preservada porque é uma ilha de 84 mil metros quadrados. O que tem está desnaturado em sua essência".

A sugestão do vereador para os imóveis que considera velhos — e não antigos ou históricos — é documentá-los através de fotografias. "Elas devem ser arquivadas, sem se prejudicar, portanto, o crescimento do Município".



O Bar Santos, 40 anos, é apenas um prédio velho...



... como a Clínica Santa Angélica, de fachada nova aos 60 anos